



Congresso avalia amanhã vetos e mais verbas para ministérios

Senadores e deputados se reúnem para votar nove vetos presidenciais e projetos que liberam créditos orçamentários para o Poder Executivo

O Congresso tem sessão marcada para amanhã, às 19h. Na pauta, estão vetos parciais a projetos aprovados pelo Legislativo, como a reforma eleitoral proposta pela Câmara dos Deputados. Um dos pontos vetados pelo presidente Michel Temer no texto é o que fixava teto para doações eleitorais, limitadas a 10% da renda anual do doador. Outro veto anula a prioridade, determinada no projeto de diretrizes orçamentárias, para ações como o Programa de Aceleração do Crescimento.

A pauta tem ainda projetos que autorizam créditos orçamentários para ministérios e órgãos públicos. **3**



Pedro França/Agência Senado - 29/8/2017

Parlamentares se reunirão amanhã à noite para analisar uma pauta com 24 itens, em sessão conduzida pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira (C)

Folga em caixa só com reforma da Previdência, afirma ministro

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, disse à Comissão Mista de Orçamento que só a reforma da Previdência pode aliviar o caixa para realização de despesas. Segundo o minist-

ro, as despesas previdenciárias somarão quase 60% do Orçamento. Se houver aumento de arrecadação, os recursos serão destinados ao pagamento da dívida pública, avisou. **7**



Dyogo Oliveira (2º à esq.) no debate com Dário Berger (C), presidente da CMO

Aprovados projetos sobre câncer de mama e de útero

O Senado aprovou dois projetos que garantem mais assistência às mulheres na prevenção e no tratamento do câncer. Um deles determina que equipes de saúde

passarão a buscar quem enfrenta dificuldades para fazer exames preventivos. O outro torna obrigatória a reconstrução mamária em casos de câncer. **3**

ARQUIVO **S**

Há 100 anos, Rússia se tornou 1º país socialista do mundo

A Revolução Russa completará 100 anos amanhã. Em 7 novembro de 1917, os bolcheviques tomaram o poder e implantaram o socialismo.

Documentos históricos guardados no Arquivo do Senado, em Brasília, mostram que a revolução vermelha logo teve reper-

cussões no Brasil. No anos que se seguiram a 1917, os senadores aprovaram os primeiros direitos trabalhistas e também leis de repressão contra líderes operários subversivos, sempre com o objetivo de evitar que os socialistas também tomassem o poder no Brasil. **4 e 5**



Lênin, líder da revolução, em discurso: insurreição implantou socialismo

Plenário aprova acordos com Angola e Dominica para educação

O Plenário do Senado aprovou dois acordos na área de educação assinados pelo Brasil com Angola e a Comunidade da Dominica, no Caribe. Os textos, que vão à sanção, preveem a concessão de bolsas de estudo para a formação de professores e pesquisadores, entre outros itens. **2**

Uber: Eunício diz que emendas do Senado deram equilíbrio ao texto

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse que as emendas aprovadas pelo Plenário, na semana passada, tornaram o projeto sobre transporte por aplicativos, como o Uber, mais equilibrado. Como foi modificada, a proposta retornou para análise da Câmara dos Deputados. **6**

Trabalho escravo será discutido em audiência **8**

Presidente da Petrobras pode falar a comissão **2**

Constituição deve usar termo "pessoa com deficiência" **8**

Acordos com Dominica e Angola vão à promulgação

Projetos referem-se a tratados assinados pelo Brasil na área de educação. Texto prevê a concessão de bolsas de estudo em diversas áreas do conhecimento para a formação de professores e pesquisadores

O PLENÁRIO APROVOU dois acordos internacionais na área da educação entre o Brasil e Angola e com a Comunidade da Dominica. As duas propostas votadas na quarta-feira seguem para promulgação.

O Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 164/2017 contempla os termos de um acordo de cooperação firmado entre os governos brasileiro e da Comunidade da Dominica, país localizado no Caribe, para estimular a formação e o aperfeiçoamento de professores e pesquisadores por meio do

intercâmbio de informações e experiências. O texto prevê o ensino e a difusão da cultura e da língua dos dois países. O acordo tem validade de cinco anos, podendo ser renovado automaticamente por igual período.

Angola

Já o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 173/2017 trata do acordo firmado entre o Brasil e Angola na área de educação superior. Assinado em Brasília em 2010, o acordo prevê a cooperação entre

os países para a formação de professores de ensino superior em diversas áreas do conhecimento. O texto autoriza a concessão de bolsas de estudo para doutoramento e pós-doutoramento de docentes, além do intercâmbio de delegações e de informações, inclusive as relativas à gestão e estruturação do ensino.

Com duração de cinco anos e previsão de renovação automática, o acordo prevê que os sistemas de saúde ficarão disponíveis para delegações do país visitante.

Presidente da Petrobras deve falar em comissão

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou convite para que o presidente da Petrobras, Pedro Parente, venha ao Senado explicar notícia que circula internamente na empresa de que a Refinaria Potiguar Clara Camarão, localizada em Guararé (RN), perderá autonomia e voltará a ser gerenciada pela Diretoria de Exploração e Produção da estatal.

A presidente da comissão, Fátima Bezerra (PT-RN), disse que se a decisão for confirmada significará a exclusão da unidade dos planos regulares de refino, o que implicará, cedo ou tarde, no seu fechamento. A Refinaria Potiguar Clara Camarão tem hoje 120 empregados próprios e 280 contratados. E, de acordo com a senadora, é lucrativa.



Fátima Bezerra e Regina Sousa, na reunião que aprovou convite a Parente

Para a audiência pública, aprovada na quarta-feira, serão convidados também diretores da Petrobras, o governador do Rio Grande do Norte, Robinson Faria, além de representantes de sindicatos dos trabalhadores da refinaria.

— Queremos primeiro saber

se essa notícia é verdadeira ou não. Se isso for verdade, é mais um motivo para que esta comissão, junto com a bancada federal do Rio Grande do Norte, lute para evitar esse retrocesso que seria o fechamento da refinaria — afirmou a senadora.

Senadores aprovam homenagem a vaqueiros em rodovia do Nordeste

O Plenário do Senado aprovou projeto que denomina Rodovia do Vaqueiro o trecho da BR-235 compreendido entre a divisa do estado da Bahia com Sergipe, e do estado da Bahia com o Piauí.

Relator do PLC 73/2016 na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), Roberto Muniz (PP-BA) destacou que a profissão de vaqueiro é exercida nas zonas rurais de quase todo o território brasileiro. A atividade, disse o senador, é “marcada pela continuidade e pela aspereza”, envolve o cuidado de animais e a vigilância de pastagens e propriedades rurais.

“Além de ser um importante símbolo da cultura sertaneja, o vaqueiro exerce um papel fundamental na economia rural. O reconhecimento trazido

por essa proposta é, portanto, o resgate de uma dívida com esses que exercem a profissão com dedicação, competência, resiliência e afinco”, afirma Muniz no relatório.

De acordo com senador, a escolha da BR-235 justificase por ser esta uma rodovia transversal brasileira que atravessa os estados de Sergipe, Bahia, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Tocantins e Pará. No trecho específico de que trata o projeto, a rodovia corta parte da Bahia, considerada por Muniz “o estado mais sertanejo do país”

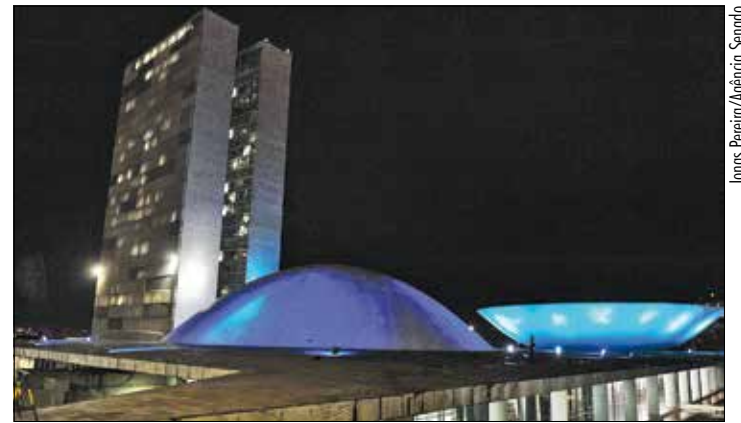
Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) agradeceu a votação do projeto que classificou como “simbólico”, mas que “é de um simbolismo enorme para o povo nordestino”, afirmou a senadora.

Presidente do Senado recebe integrantes da Marcha do Clima

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, recebeu integrantes da Marcha Mundial do Clima, realizada em 100 países com o objetivo de chamar a atenção para as mudanças climáticas. No encontro, na quarta-feira, Eunício também foi convidado a participar da COP-23 (que vai de hoje a sexta-feira da próxima semana, em Bonn, na Alemanha) e ouviu dados alarmantes.

— Se não cortarmos 50% da emissão de gases, em três anos, a temperatura média vai subir de 4 a 8 graus. As estimativas apontam para a morte de 1 bilhão de pessoas por grau. — alertou Roberto Ferdinand, dirigente da marcha.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado



Cúpulas do Senado e da Câmara estão iluminadas com a cor azul

Novembro Azul: luz especial em ação contra câncer de próstata

As cúpulas do Senado e da Câmara estão iluminadas de azul até o dia 19 deste mês, em apoio à campanha Novembro Azul, um movimento internacional criado para promover a conscientização a respeito do câncer da próstata. A iniciativa visa sensibilizar os homens para a importância do diagnóstico precoce da doença, o que possibilita que o tratamento tenha êxito em cerca de 90% dos casos.

No Senado, a iluminação

foi autorizada pelo primeiro-secretário, senador José Pimentel (PT-CE), atendendo a requerimento do deputado Dr. Jorge Silva (PHS-ES), que é médico urologista.

O Senado vai produzir uma série de vídeos sobre a importância da prevenção e do combate ao câncer de próstata. A Sociedade Brasileira de Urologia recomenda que homens com mais de 45 anos façam o exame da próstata todo ano.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

- ESTATUTO DO TRABALHO** Debate
- 9h Audiência com o tema “O Estatuto do Trabalho: uma lei para todos”. Estão convidados representantes do Tribunal Superior do Trabalho e de organizações sindicais.
- SESSÃO ESPECIAL** Terapia ocupacional
- 11h Homenagem em Plenário ao centenário da terapia ocupacional no mundo.
- MP 793/2017** Tributos rurais
- 14h Análise de relatório.
- PLENÁRIO** Sessão não deliberativa
- 14h Discursos e avisos da Mesa.
- CCJ** Código Penal
- 14h30 Audiência interativa sobre a reforma do Código Penal.
- CAE** Privatizações
- 18h Audiência sobre o impacto das privatizações no desenvolvimento nacional, soberania e segurança energética.

TERÇA

- CDH** Créditos recebíveis
- 9h Audiência sobre a securitização de créditos recebíveis.
- CI** Indicações para Anatel e ANP
- 9h Sábatinas de Emmanoel Campeolo de Souza Pereira para a Agência Nacional de Telecomunicações e de Dirceu Cardoso Amorelli Junior para a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
- CRA** Importação de lácteos
- 11h Audiência interativa sobre a política de importação de lácteos, especialmente leite em pó. Foram convidados os ministros da Agricultura, do Comércio Exterior e das Relações Exteriores.
- CE** Títulos de patrono
- 11h30 Entre 16 itens, o PLS 228/2016, que veda a outorga do título de patrono para pessoas vivas.

QUARTA

- LEI KANDIR** Relatório final
- 14h Análise do relatório final.
- MP 788/2017** Restituição de valores
- 14h30 Análise de relatório da MP que regulamenta a restituição de valores creditados indevidamente a mortos.
- MP 792/2017** PDV
- 14h30 Análise de relatório da MP que cria o Programa de Desligamento Voluntário no Executivo federal.
- REUNIÃO DE LÍDERES** Votações
- 14h30 Definição da pauta semanal.
- VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER** Plano
- 15h Análise de requerimentos e do plano de trabalho da comissão.
- CONGRESSO** Vetos
- 19h Análise de 9 vetos presidenciais e 14 autorizações de crédito para diversos órgãos e ministérios.
- CAS** Presidente do TCU
- 9h Exposição do presidente do TCU, ministro Raimundo Carreiro. Depois, pauta com 12 itens, entre eles o PLC 77/2016, que regulamenta a profissão de esteticista.
- CDR** Petrobras
- 9h Audiência sobre investimento e estrutura da Petrobras no RN. Entre os convidados, o governador Robinson Faria.
- CCJ** Educação
- 10h Entre os 45 itens da pauta, análise da PEC 80/2007, sobre pronunciamento anual do presidente da República para tratar da importância da educação e das metas a serem alcançadas no ano.
- CCS** Posse
- 10h Posse dos membros da 5ª composição do Conselho de Comunicação Social do Congresso e eleição do presidente e do vice-presidente do colegiado.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Congresso avalia vetos e liberação de recursos

O projeto de reforma eleitoral da Câmara e o que cria o Fundo de Financiamento de Campanha estão entre os que tiveram pontos vetados pela Presidência da República

UMA NOVA REUNIÃO do Congresso Nacional foi convocada para amanhã, às 19h. Na pauta, há nove vetos presidenciais e projetos que liberam créditos para diversos órgãos e ministérios.

Um dos vetos é o aplicado ao projeto de reforma política da Câmara dos Deputados (VET 32/2017). O presidente Michel Temer rejeitou alguns pontos da proposta que altera a legislação eleitoral (PLC 110/2017), como o teto para doações eleitorais, limitadas no texto a 10% do rendimento anual do contribuinte. Outro trecho vetado foi a regra que obrigaria provedores de aplicativos e redes sociais a retirar da internet, em 24 horas e mesmo sem ordem judicial, qualquer publicação denunciada por ser falsa ou incitar ódio contra partido ou coligação.

Na visão do governo, os itens vetados “poderiam distorcer os objetivos maiores da reforma, preservando-se a proporcionalidade entre os partidos, garantindo-se maior isonomia dos pleitos eleitorais e a observância estrita das regras eleitorais e do princípio democrático”.

A pauta do Congresso também traz o veto parcial (VET 31/2017) ao projeto do Senado que institui o Fundo Especial de Financiamento de Campanha e altera as regras da propaganda partidária no rádio e na televisão (PLS 206/2017). Segundo o Executivo, os vetos apostos a vários itens visam

eliminar algumas regras de propostas de distribuição de recursos do fundo especial, consideradas “antinômicas” (contraditórias) em relação a outros itens da legislação. O governo alega ainda que os itens vetados poderiam distorcer os objetivos maiores do fundo, de isonomia e proporcionalidade entre os partidos.

Perda de prioridade

Outro veto em pauta, o VET 25/2017, anula pontos da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018 (PLN 1/2017). Entre os dispositivos suspensos, estão os que incluíam no rol de prioridades do governo o Plano Nacional de Educação e parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que

ordena as grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país.

Houve supressão da regra que assegurava preferência para a conclusão de obras inacabadas com execução superior a 50%. Foram ainda excluídas da lista de prioridades as ações dos Programas Brasil sem Miséria e de Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência contra a Mulher, assim como as relacionadas à implantação do Acordo de Paris sobre o Clima.

Senadores e deputados também terão de examinar o veto integral (VET 26/2017) à Medida Provisória 770/2017, que estendia até 31 de dezembro de 2019 o prazo para uso do Regime Especial de Tributação para

Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine). O texto original previa o prazo somente até o fim deste ano. O Executivo alegou que a versão aprovada pelo Congresso “não apresentou o impacto orçamentário e financeiro decorrente da renúncia fiscal nem a respectiva medida de compensação”.

A pauta ainda traz os vetos parciais à medida provisória sobre parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de estados, Distrito Federal e municípios (MP 778/2017); ao projeto que cria o Programa de Financiamento Preferencial às Instituições Filantrópicas e Sem Fins Lucrativos (PLS 744/2015); e ao

projeto de lei da Câmara que trata da instalação de cercas elétricas em zonas urbanas e rurais (PLC 52/2010).

Créditos

Também constam da pauta do Congresso 14 projetos que autorizam créditos orçamentários a ministérios e órgãos públicos. Um dos projetos (PLN 10/2017) libera R\$ 305 milhões, na forma de crédito suplementar, para a Presidência da República e 12 ministérios. O projeto transfere recursos para estados, Distrito Federal e municípios. Segundo o Executivo, a necessidade de concessão de créditos se justifica pela nova organização dos órgãos do Executivo.

Outro projeto libera crédito suplementar de R\$ 288 milhões a diversos órgãos (PLN 29/2017). Pelo texto, o Ministério da Saúde vai receber R\$ 168 milhões. Já o Ministério do Trabalho será contemplado com R\$ 130 mil para ações de qualificação social e profissional de trabalhadores.

Um crédito de R\$ 112 milhões será destinado ao Ministério da Integração Nacional, valor que será investido no apoio a projetos de desenvolvimento sustentável no Ceará. O Ministério da Educação vai receber quase R\$ 2,8 milhões para ações de apoio à graduação e pós-graduação e também para pesquisa, ensino e extensão. O valor de R\$ 500 mil será destinado para a Universidade Federal de São Carlos (SP).



Na sessão de amanhã, senadores e deputados devem avaliar nove vetos, que trancam a pauta do Congresso

Senado aprova projetos de apoio à mulher para prevenção e tratamento de câncer

O Plenário do Senado aprovou na quarta-feira dois projetos que garantem maior assistência às mulheres na prevenção e no tratamento do câncer.

Um deles determina que equipes de profissionais das redes de proteção social e atenção básica à saúde passem a buscar mulheres que enfrentam dificuldades para fazer exames preventivos e de rastreamento de câncer de útero e de mama para que possam realizá-los, como garante a Lei 11.664/2008, sobre tratamento de câncer no Sistema Único de Saúde (SUS). O texto (PLC 20/2017) vai à sanção.

O objetivo da proposta é auxiliar mulheres que não puderam se consultar ou fazer os exames preventivos por enfrentar dificuldades sociais, geográficas ou culturais. O texto torna obrigatório o desenvolvimento de estratégias específicas de busca ativa de mulheres que enfrentam dificuldades de acesso aos pro-

cedimentos. As ações devem ser definidas em regulamento posterior.

De autoria da deputada Josi Nunes (PMDB-TO), o projeto foi relatado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) por Marta Suplicy (PMDB-SP). A senadora considerou que é preciso uma postura mais proativa dos serviços de saúde para aumentar a adesão das mulheres às estratégias de controle do câncer.

De acordo com o Instituto Nacional de Câncer (Inca), o carcinoma do colo uterino acomete mais de 16 mil mulheres por ano no Brasil, e um terço evolui para óbito. Já o câncer de mama atingiu mais de 50 mil mulheres no país em 2016.

Originalmente o projeto queria condicionar o recebimento da Bolsa Família à realização do exame ginecológico. Na tramitação na Câmara, o texto foi alterado para perder o caráter punitivo e melhorar a promoção da saúde das mulheres.

A senadora Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) observou que a medida vai ao encontro dos objetivos da campanha Outubro Rosa, criada para estimular a participação da população no controle do câncer de mama.

Cirurgia gratuita

O outro projeto aprovado na quarta-feira torna obrigatória a reconstrução mamária gratuita em casos de mutilação decorrente de tratamentos de câncer (PLC 5/2016). A novidade em relação à lei em vigor é que a plástica deverá ser feita nos dois seios, mesmo se o tumor se manifestar em apenas um, garantindo assim a simetria.

O texto aprovado é o substitutivo de Marta Suplicy. Ela observa em seu relatório que “a mama reconstruída nunca será igual à mama removida”. Por isso, procedimentos de aumento, elevação ou redução devem ser indicados para a outra mama, argumenta.

A senadora lembra que

quando apenas uma mama é afetada pelo câncer, somente ela pode ser reconstruída. Por isso o substitutivo opta pelo termo “simetrização” em vez de “reconstrução”.

Marta incluiu emenda para corrigir uma omissão do texto original, estendendo o mesmo direito às mulheres que têm planos privados de saúde. A proposta inicial mencionava apenas procedimentos gratuitos no âmbito do SUS.

A senadora afirmou no substitutivo que os procedimentos na mama contralateral e as reconstruções do mamilo fazem parte do tratamento visando à reconstrução mamária. Assim, explicou, fica eliminada qualquer discussão sobre esse direito.

Como foi alterada, a proposta será votada em turno suplementar nesta semana.

Mais sobre mamografia na pág. 8

Eunício comemora propostas que beneficiam população feminina

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, comemorou a aprovação dos projetos sobre prevenção e tratamento do câncer, que considerou importantes para a saúde da mulher. Eunício parabenizou o empenho dos senadores na votação dos PLCs 20/2017 e 5/2016, que, afirmou, vão beneficiar quem precisa de ajuda.

— Com a aprovação dessas duas matérias, nós fechamos com chave de ouro o Outubro Rosa. Principalmente em relação à atenção à mulher pobre, que precisa de tratamento contra o câncer e de reparação das mamas após o tratamento.

O Outubro Rosa é uma campanha dedicada à prevenção do câncer de mama.

Deflagrada há 100 anos, Revolução Russa também mudou o Brasil

Rússia adotou socialismo em 1917 e levou à polarização do mundo. No Brasil, medo da influência vermelha gerou direitos trabalhistas, repressão de operários e duas ditaduras

Ricardo Westin

AMANHÃ FARÁ 100 anos que os bolcheviques tomaram o poder em Petrogrado (atual São Petersburgo), a então capital da Rússia, e acabaram mudando drasticamente os rumos da humanidade. Foi o ápice da Revolução Russa.

Numa operação liderada por Lênin e apoiada por operários, camponeses e soldados, os bolcheviques derrubaram o governo provisório em 7 de novembro de 1917 e lançaram o país no socialismo, uma ousada doutrina que prega um mundo sem desigualdade social.

A propriedade privada foi abolida, substituída pela propriedade estatal. Os empresários fugiram para o exterior. As indústrias passaram a ser conduzidas pelos próprios operários. As fazendas mais tarde seriam confiscadas e coletivizadas. O capitalismo, em suma, era varrido do território russo.

Foi a 7 de novembro de 1917 que chegou ao poder, pela primeira vez na história da humanidade, o proletariado — discursou no Plenário do Senado três décadas depois, em 1946, o senador Luís Carlos Prestes (PCB-DF), o maior nome brasileiro do comunismo (estágio posterior ao socialismo). — A revolução soviética do proletariado levou à liquidação absoluta de toda a exploração do homem pelo homem.

Apesar da ruptura na Rússia, documentos históricos guardados no Arquivo do Senado, em Brasília, mostram que aquele furacão vermelho não sacudiu de imediato o Palácio Conde dos Arcos, que era a sede do Senado, no Rio de Janeiro. Nos papéis que relatam as sessões plenárias de fins de 1917,

não se encontra nenhum discurso de senador a respeito da Revolução Russa.

A apatia tem explicação. Àquela altura, o Brasil tinha uma questão doméstica mais urgente. Quando os bolcheviques assaltaram o Palácio de Inverno, em Petrogrado, os senadores estavam integralmente debruçados sobre um projeto do presidente Wenceslau Braz que decretava estado de sítio em todo o país. Fazia poucos dias que o Brasil decidira entrar na 1ª Guerra Mundial, depois de a Alemanha torpedear um navio brasileiro.

O projeto do estado de sítio era delicado porque suspendia uma série de direitos dos cidadãos durante o período de guerra, com vistas a garantir a manutenção da ordem pública.

Anarquismo

Os papéis do Arquivo do Senado mostram que os parlamentares reagiriam aos poucos à Revolução Russa, no decorrer dos anos seguintes, sempre no sentido de impedir que algum levante inspirado na revolução bolchevique pusesse o Brasil no trilho comunista.

Numa frente, os senadores votaram projetos de lei que enquadravam como bandidos os líderes operários com ideias revolucionárias. Em outra frente, aprovaram os primeiros direitos trabalhistas do país, de modo a amenizar a exploração nas fábricas e baixar a fervura das agitações operárias.

Na época da Revolução Russa, o mais próximo do socialismo e do comunismo que existia no Brasil era o anarquismo (doutrina que defende o fim do Estado), disseminado nas fábricas nacionais especialmente por imigrantes italianos e espanhóis. Com

o objetivo de esmagar tais elementos, o senador Adolfo Gordo (SP) apresentou dois projetos de lei em 1920.

O primeiro facilitava a expulsão dos estrangeiros “nocivos à ordem pública ou à segurança nacional”. O segundo previa o fechamento dos sindicatos que incorressem em “atos nocivos ao bem público” e a prisão das pessoas que incitassem crimes “com o fim de subverter a atual organização social”.

— Na formidável luta que movem contra o anarquismo, os Estados modernos promulgam numerosas leis especiais definindo os seus crimes e cominando penas severíssimas, inclusive a de morte — argumentou Gordo, impedido pela Constituição de 1891 de incluir a pena capital em seu projeto.

Insuflados pelos anarquistas, os trabalhadores da nascente indústria brasileira já haviam mostrado a patrocínio e governantes que, se quisessem, também conseguiriam fazer uma revolução. Em julho de 1917, às vésperas do clímax da Revolução Russa, uma greve geral paralisou São Paulo, deixando a cidade ingovernável por vários dias. Em novembro de 1918, uma insurreição semelhante explodiu no Rio — esta, sim, espelhada nos bolcheviques.

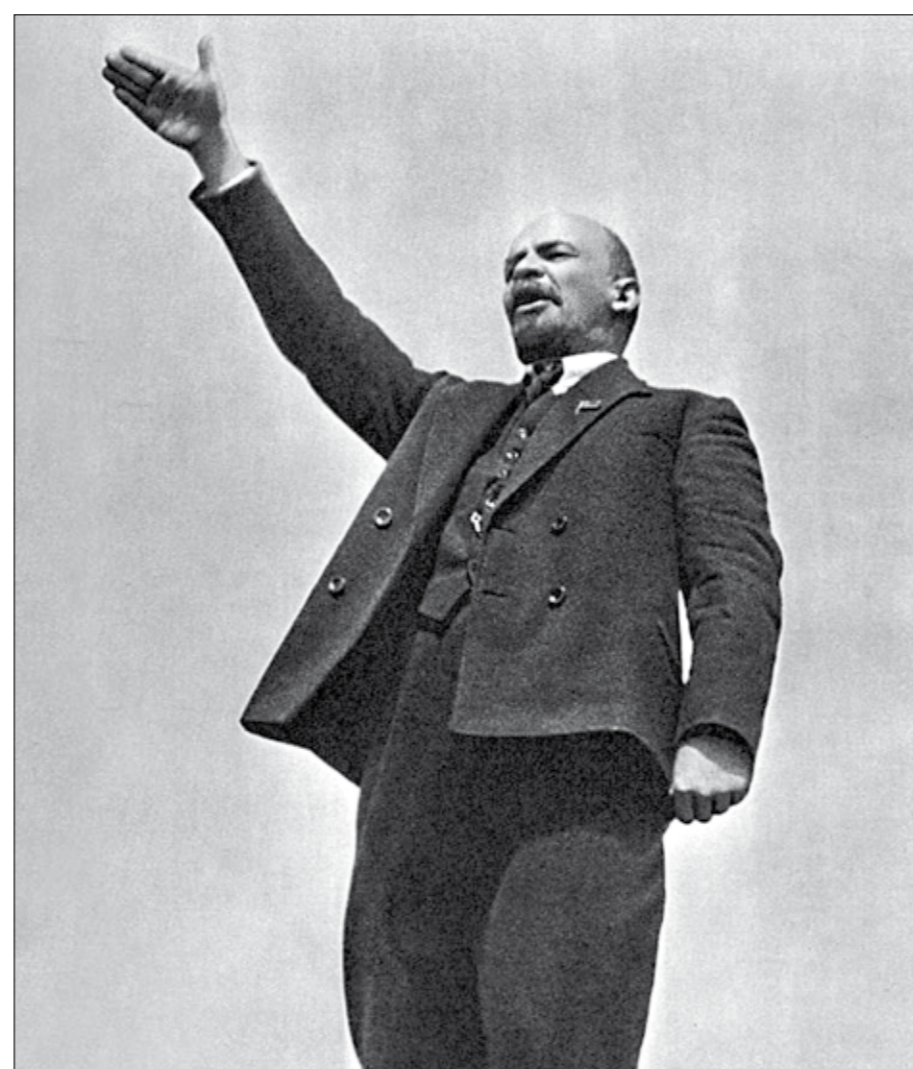
Os dois projetos de Adolfo Gordo contra os anarquistas foram rapidamente aprovados pelo Senado e pela Câmara e viraram lei, sancionados pelo presidente Epitácio Pessoa em 1921.

As preocupações do poder público não acabaram ali. O comunismo logo desembarcaria no país, com a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1922 — ano da formação da União Soviética. O governo partiu para o contra-ataque. Mal nasceu, o PCB foi posto na ilegalidade por Epitácio.

O Congresso Nacional também reagiu. Em 1923, o deputado Aníbal de Toledo (MT) redigiu um projeto que determinava o confisco de jornais de sindicatos que atentassem contra “a ordem e a moralidade”. Usando como argumento a chegada do comunismo ao Brasil, o senador Aristides Rocha (AM) defendeu a aprovação do projeto: — Sabe-se que a Terceira Internacional [organização que reunia os partidos comunistas do mundo] resolveu intensificar a propaganda comunista na América do Sul, escolhendo o Brasil para centro de suas operações. O governo está informado de que a Terceira Comunista liberou créditos não só para o custeio da propaganda, mas também para a compra de armas e explosivos. É necessário dar ao chefe do Estado meios para evitar o mal, dotando-o com instrumentos de natureza enérgica para opor um paradeiro às insensatas aspirações comunistas.

Houve resistências. O senador Antônio Moniz (BA) atacou o projeto: — Não há sofisma capaz de disfarçar a inconstitucionalidade dessa medida, que atenta contra a livre manifestação do pensamento. Além disso, o que há são vãos temores. No Brasil não existe o perigo bolchevista. O bolchevismo não se adapta ao nosso meio, que nenhum preparo possui para acolhê-lo e aclimatá-lo. A nossa situação não tem identificação com a da Rússia.

O argumento não convenceu. A



Lênin foi líder da “revolução dentro da revolução”, que fez da Rússia o 1º país socialista do mundo

censura aos jornais de sindicatos foi aprovada pelo Senado e pela Câmara e recebeu a assinatura do presidente Washington Luís em 1927.

Queda do czar

A Revolução Russa se dividiu em duas etapas. A primeira ocorreu em março de 1917, com a abdicação do czar Nicolau II. A conflagração que acabaria com quatro séculos de Monarquia era inevitável. Os camponeses pediam reforma agrária. Os operários, melhores salários e condições de trabalho. Os soldados, a retirada imediata da Rússia da 1ª Guerra Mundial. Os intelectuais, a criação de instituições democráticas. O último czar (a palavra

se origina do latim *Caesar*) fazia ouvidos surdos: reinava de forma despótica e reprimia a bala a população que fazia protestos por mudanças.

No entanto, os revolucionários que forçaram a abdicação do czar e formaram o governo provisório se mostraram incapazes de melhorar a situação do país. A Rússia permaneceu na 1ª Guerra, sofrendo derrotas humilhantes. Em novembro de 1917, os bolcheviques se aproveitaram da insatisfação generalizada e, com o respaldo dos trabalhadores e soldados, tomaram o poder. Foi uma revolução dentro da revolução. Começava, assim, a segunda etapa da Revolução Russa, a que tornou o país socialista.

No Brasil, até o final da década de 1910, os patrões exploravam sem pudor os subordinados. Em geral, os empregados trabalhavam mais de 12 horas por dia e recebiam salários irrisórios. Não havia férias nem aposentadoria. Muitas vezes, os ambientes de trabalho eram insalubres.

— O proletariado nacional não tem recebido a menor lei que o ampare — denunciou o deputado Maurício de Lacerda (RJ) em 1917. — Vários projetos de lei pejavam o seio do Congresso, mas todos eles, preocupados com o efeito eleitoral, deixaram o problema sem solução, pois entregaram as soluções reclamadas pelos trabalhadores aos regulamentos do Poder Executivo, que só podia representar os patrões.

Não era uma realidade muito diferente da que moveu o operariado russo a apoiar a revolução em 1917. Para domar os trabalhadores, o governo brasileiro se viu obrigado a aprovar as primeiras leis trabalhistas do país.

Em 1923, o senador Irineu Machado (DF) apresentou um projeto que limi-

tava a carga de trabalho nas fábricas a 8 horas por dia ou 48 horas por semana. No mesmo ano, o Congresso aprovou uma lei que criava as bases do sistema de aposentadorias e, ao mesmo tempo, impedia as demissões arbitrárias.

Em 1927, uma lei proibiu o trabalho das crianças de até 11 anos e reduziu a exploração dos adolescentes. Estes últimos não poderiam trabalhar à noite nem em locais perigosos, como minas e pedreiras. É da mesma época a lei que transformou o 1º de maio no Dia do Trabalho no país. A proposta de feriado foi apresentada pelo senador Irineu Machado em 1922 e sancionada pelo presidente Arthur Bernardes em 1924.

— A burguesia fez concessões no campo da legislação trabalhista, mas não porque fosse boazinha. Ela foi obrigada a ceder. O exemplo da Revolução Russa assustava as classes dominantes — explica a historiadora Anita Leocádia Prestes, filha do líder comunista Luís Carlos Prestes e autora do livro recém-lançado *Olga Benário Prestes — uma comunista nos arquivos da Gestapo* (Boitempo Editorial).

Duas ditaduras

A Revolução Russa continuou ecoando ao longo das décadas. As leis trabalhistas dos anos 1920 foram o primeiro passo para que o Brasil caminhasse em direção a um Estado de bem-estar social. O governo logo passaria a cuidar mais da população, oferecendo serviços públicos como saúde e educação.

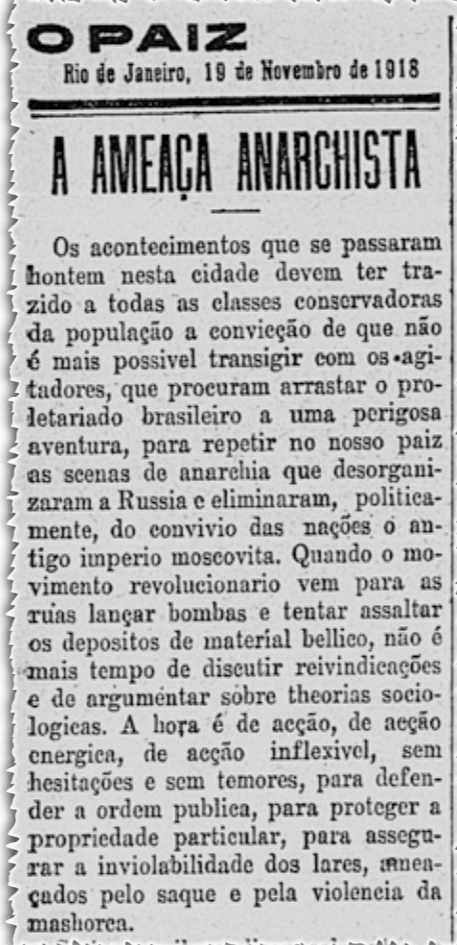
Na esfera política, por outro lado, as repercussões da ascensão bolchevique em Petrogrado seriam catastróficas. Foi em reação à ameaça vermelha (ou à suposta ameaça vermelha) que o Brasil mergulhou em suas duas ditaduras.

Em 1937, Getúlio Vargas deu o golpe do Estado Novo na esteira da descoberta do Plano Cohen, um documento contendo a estratégia dos comunistas para fazer a revolução no Brasil. Mais tarde, descobriu-se que o plano era falso, apenas um pretexto para Vargas assumir poderes ditatoriais.

Em 1964, os militares derrubaram João Goulart e impuseram a ditadura como forma de deter as reformas de base do presidente, que incluía a reforma agrária e a estatização das refinarias privadas de petróleo — medidas associadas ao comunismo.

Moscou conseguiu atrair inúmeros países para a sua órbita de influência, como Cuba, China, Coreia do Norte, Afeganistão, Etiópia, Angola e Polônia. A disputa ideológica entre União Soviética e Estados Unidos deu origem à Guerra Fria, que espalhou conflitos armados e ditaduras pelo mundo e deixou a humanidade à beira de uma guerra nuclear. A primeira experiência socialista do mundo duraria 74 anos. O sonho dos bolcheviques chegou ao fim em 1991, com o esfacelamento da União Soviética e o regresso da Rússia ao capitalismo.

Rádio Senado explica a Revolução Russa: senado.leg.br/radio/1/reportagem-especial



Um ano após Revolução Russa, jornal noticia insurreição no Rio inspirada nos bolcheviques

Esquerda e direita se enfrentam na tribuna

Em 7 novembro de 1946, os senadores aprovaram um voto de congratulações à União Soviética pelo 29º aniversário da Revolução Russa. Quem propôs as felicitações foi Luís Carlos Prestes (PCB-DF), que liderara a malfadada Intentona Comunista e vivera em Moscou.

Nesse dia, Prestes fez um discurso enumerando as virtudes do regime soviético. No dia seguinte, Hamilton Nogueira (UDN-DF) reagiu: “Temos de impedir a russificação do Brasil”. O Arquivo do Senado guarda os pronunciamentos dos dois senadores. Abaixo, os principais trechos:

Prestes: “Brasil deveria se inspirar na experiência russa”

“A grande revolução proletária do século 20 é bem diferente de todas as outras grandes revoluções, que nada mais fizeram senão substituir uns grupos de exploradores por outros. Passaram, por exemplo, do regime escravagista para o feudal. As lutas contra a servidão feudal levaram à revolução burguesa.

O capitalismo, no século 18 e princípios do século 19, incontestavelmente, foi a grande arma que permitiu o progresso da humanidade, mas ainda através da exploração do homem pelo homem.

A revolução de 1917 deu o primeiro passo na liquidação de todas as classes para que ninguém pudesse viver da exploração do trabalho alheio. Além disso, criou a sociedade socialista em que hoje já vive boa parte da humanidade.

É compreensível que nós, que vivemos no mundo capitalista, tenhamos dificuldade para entender como seja possível o progresso, o trabalho, sem o incentivo do lucro. No



Senador Luís Carlos Prestes, do PCB

entanto, é na sociedade socialista, precisamente onde não existe o incentivo imediato do lucro, que se fazem sentir os maiores exemplos de atividade no trabalho, desejo de progresso e luta pelo desenvolvimento econômico da pátria.

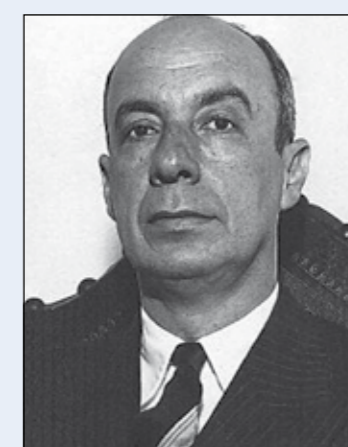
O comunismo, ao ser inaugurado na União Soviética com o primeiro passo da revolução de 1917, foi de tal maneira atacado por seus adversários internos e exteriores que, para se defender, teve de criar um governo forte, acusado até hoje de ser a mais violenta ditadura.

Nogueira: “Comunismo não tem nada de democrático”

“O nobre senador Luís Carlos Prestes teceu uma série de considerações sobre a doutrina comunista e a evolução do povo russo. Terei de discordar das ideias levantadas por sua excelência neste recinto.

Discordo do caráter democrático do comunismo. Na Rússia, ao contrário, impera uma verdadeira ditadura. Marx vaticinava que, na evolução socialista, fundada no materialismo histórico, se chegaria a um tempo em que o direito teria que desaparecer. Quando não se acredita numa ordem jurídica e se põe em dúvida o valor dos princípios do direito natural, os que mantêm essas convicções não podem falar em democracia. O direito natural fundamenta a democracia.

A Constituição russa diz que as eleições dos deputados são feitas de acordo com o sufrágio universal. Mas, para que o sufrágio fosse realmente universal, seria necessário e indispensável que não houvesse a imposição dos candidatos por um partido único. A existên-



Senador Hamilton Nogueira, da UDN

cia de partido único implica, substancialmente, negação da democracia. Seria preciso que houvesse vários partidos, mas isso não acontece. Vive-se na Rússia numa perfeita ditadura.

O segundo ponto aflorado por sua excelência é o que diz respeito ao bem-estar do proletariado russo. Ora, isso é um romance. Todos os viajantes que têm ido à Rússia verificaram que a situação do trabalhador russo não é superior à do operário de qualquer país.

Por uma lei geral, depois

A verdade é que a Rússia foi a força principal no esmagamento da besta-fera nazista e na vitória dos povos amantes da paz e da democracia.

A reconstrução na Rússia faz-se pela reconversão industrial. Ao contrário do que se passa nos países capitalistas, ela é ali feita sem maiores sofrimentos para o povo.

O mundo avança. Já vivemos na escravidão e no feudalismo. Hoje vivemos no capitalismo. A transição do capitalismo para o socialismo é inevitável. Essa marcha inexorável não depende de Marx, de Engels nem dos comunistas. A marcha para o socialismo é uma fatalidade histórica, mas nela podemos encontrar o caminho menos penoso, o qual poderá ser por nós conhecido através de documentos da experiência dos povos soviéticos, que conseguiram tornar livre o proletariado e criar a primeira sociedade sem classes no mundo. Nós, que desejamos o progresso do Brasil, devemos olhar essa grande experiência.”



Revolução começou com abdicação de Nicolau II (no alto) e destruição de símbolos do czarismo

Projeto do Uber é equilibrado, dizem senadores

Segundo Eunício Oliveira, as emendas aprovadas em Plenário tornaram o texto mais moderado. O relator, Eduardo Lopes, sugeriu aos taxistas desregular a atividade

O SENADO “CALIBROU na medida certa” o projeto que regulamenta aplicativos de transporte de passageiros, na opinião do presidente da Casa, Eunício Oliveira. O PLC 28/2017 foi aprovado com alterações na terça-feira e enviado à Câmara. O debate foi marcado pela controvérsia entre taxistas e empresas como Uber e Cabify.

— O texto aprovado foi equilibrado. Não vi ninguém comemorando, nem presenciei derrotado de um lado nem do outro. Acho que o Senado fez seu papel de moderação, de buscar sempre o equilíbrio das forças — afirmou Eunício.

O presidente elogiou a decisão do Plenário de emendar o texto. Durante a discussão, surgiu a proposta de aprovar o projeto sem alterações, deixando para negociar depois vetos com o Executivo, de modo a evitar o retorno à Câmara e acelerar a sanção da lei. Esse expediente foi adotado na aprovação da reforma trabalhista (PLC 38/2017), em agosto, mas o Planalto não vetou qualquer item do texto.



Para Eunício Oliveira e Eduardo Lopes, alterações atenderam as expectativas da população quanto ao Uber



Fotos: Jure de Araújo/Agência Senado

— O sistema bicameral é assim mesmo. Não podemos ficar aqui carimbando matérias e projetos. Nosso papel não é negociar veto, é discutir, votar, emendar ou rejeitar matéria — disse Eunício.

Para o relator do projeto em Plenário, Eduardo Lopes (PRB-RJ), em vez de tentar restringir os aplicativos, os taxistas de-

veriam adotar como estratégia a luta pela flexibilização da própria regulamentação.

Colaboração

Mesmo considerando que o Senado “já fez sua parte”, Lopes se dispôs a continuar a colaborar com os taxistas durante a tramitação na Câmara.

— Vi muita preocupação dos

taxistas em querer regulamentar os aplicativos. Acho que eles tinham que começar de outra maneira: flexibilizando a regulamentação do táxi. Se os taxistas me procurarem, estou disposto a ajudar — disse o senador.

Para ele, o resultado da votação da véspera foi satisfatório, por reconhecer que “o trans-

porte por aplicativo é uma realidade, é a modernidade que chega”.

— Sempre disse que não era contra o táxi nem contra o Uber. Quero boa convivência. Citei um exemplo muito conhecido: a Kodak não vende mais filmes para máquinas fotográficas. Tentou resistir, mas é a modernidade. Não que os táxis vão acabar. No Rio, já há um aplicativo operado para os taxistas, e eles gostaram. Não adianta endurecer contra os aplicativos, porque a população quer.

Lopes lamentou a rejeição, durante a votação, de uma emenda que permitiria ao taxista aceitar corridas fora do município onde tem licença. Para ele, é um bom exemplo do tipo de flexibilização que a categoria deveria buscar.

— É uma demanda antiga dos taxistas. Veja como houve bom senso: acatei a emenda do senador Ricardo Ferraço [PSDB-ES], que era o autor do projeto 100% pró-aplicativos. Mas foi rejeitada no Plenário por aqueles que diziam estar 100% com os taxistas.

Gleisi afirma que caravana de Lula por MG foi bem-sucedida

A população mais pobre sente saudades do governo Lula e tem demonstrado isso ao ex-presidente durante as caravanas que ele tem realizado, disse Gleisi Hoffmann (PT-PR) no Plenário, durante balanço da caravana feita em Minas Gerais. A senadora criticou a cobertura da grande mídia que, segundo ela, ou ignorou por completo o evento, ou considerou que ele não foi bem-sucedido.

— É só conferir a cobertura feita pela mídia alternativa, como a Mídia Ninja e o Jornalistas Livres, as muitas imagens demonstram que Lula continua sendo a maior liderança política deste país.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Lindbergh destaca que ex-presidente lidera pesquisas eleitorais

Lindbergh Farias (PT-RJ) destacou as pesquisas de intenção de voto para as eleições presidenciais de 2018, que mostram a liderança de Lula. Ao criticar o impeachment de Dima Rousseff e a suposta tentativa de desmoralização de Lula e do PT, o senador afirmou que o plano da elite, dos grandes banqueiros e de empresários de chegar à Presidência da República fracassou.

— Quem eram os líderes do golpe? Eduardo Cunha, que está preso. Aécio Neves [PSDB-MG], que está nesta situação que está aí, desmoralizado. E o Temer, que tem 3% de aprovação popular.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Roberto Rocha lamenta falta de autocritica do PT sobre seus governos

Roberto Rocha (PSDB-MA) lamentou em Plenário na quarta-feira que o PT não reconheça os erros cometidos nos anos em que governou o Brasil. Na avaliação dele, quem não faz essa autocritica não está habilitado a voltar a comandar o país.

De acordo com o senador, o país não investiu em infraestrutura e inovação tecnológica e, por isso, entrou em uma crise profunda. Roberto Rocha afirmou que o consumo seguira a economia, mas quando ele deixou de responder, o país não tinha investimentos e entrou na recessão. Para o senador, o Brasil agora começa a melhorar.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Privatizar a Eletrobras põe em risco programas sociais, diz Vanessa

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) alertou para os riscos de privatizar a Eletrobras. As populações mais pobres, especialmente do Norte e do Nordeste, serão as mais prejudicadas, disse ela em discurso no Plenário na quarta-feira. A senadora prevê impacto nas tarifas e fim de programas sociais:

— Privatizar pode significar a extinção de programas importantes, como o Luz para Todos.

Segundo ela, o governo quer fazer frente ao déficit orçamentário, o que, na opinião dela, é um erro, pois não se deve vender patrimônio de forma apressada para resolver esse tipo de problema conjuntural.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Fátima Bezerra critica decisão da Petrobras de rebaixar refinaria

Em discurso na quarta-feira no Plenário, Fátima Bezerra (PT-RN) criticou a decisão do Conselho de Administração da Petrobras de rebaixar a Refinaria Clara Camarão, que fica em Guamaré (RN), para a condição de “ativo industrial”.

Ela explicou que isso significa aprofundar as estratégias de desinvestimento que a empresa vem adotando no Rio Grande do Norte e na Região Nordeste como um todo.

A senadora reclamou que os setores econômicos, políticos e sociais do estado não foram consultados pelo conselho.

— Apesar de ter aumentado a produção, Clara Camarão deixa de ser considerada uma refinaria. Fica totalmente excluída dos planos estratégicos de refino — protestou.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



Dyogo Oliveira (3º à dir.) explica aos parlamentares as mudanças no Orçamento de 2018 em reunião presidida pelo senador Dário Berger (2º à dir.)

Só reforma da Previdência vai aliviar contas públicas, afirma ministro

Segundo o titular do Planejamento, Dyogo Oliveira, as despesas previdenciárias somarão quase 60% do Orçamento da União em 2018

O MINISTRO DO Planejamento, Dyogo Oliveira, disse na quarta-feira aos parlamentares da Comissão Mista de Orçamento (CMO) que uma folga maior para a realização de despesas só será alcançada com a reforma da Previdência. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016 está pronta para análise do Plenário da Câmara dos Deputados.

Segundo ele, em 2018, as despesas previdenciárias somarão quase 60% do Orçamento da União. Em relação ao produto interno bruto (PIB), porém, deve haver queda no déficit previdenciário, de 2,8% para 2,7%.

— Sinceramente, se eu estivesse aposentado estaria fazendo manifestações a favor da reforma, porque essa é a garantia de receber o benefício. Quem está contra a reforma da Previdência está contra o aposentado, está contra o trabalhador — afirmou.

Receitas

Durante a audiência pública, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), que é relator da receita da proposta orçamentária para 2018 (PLN 20/2017), sinalizou para um possível aumento da arrecadação diante dos números que apontam crescimento da economia.

Dyogo Oliveira lembrou que, por causa do teto de gastos públicos, o total de despesas no próximo ano não pode ser elevado além dos 3% de variação da inflação no período de 12 meses encerrado em junho último. Além disso, as despesas não obrigatórias, que representavam 12% do Orçamento em 2010, devem somar no próximo ano apenas 3,5%, conforme a revisão da proposta orçamentária enviada na terça-feira ao Congresso. Assim, disse o ministro,

se houver aumento de arrecadação, os recursos serão destinados ao pagamento da dívida pública. Com medidas de ajuste fiscal já anunciadas (as MPs 805/2017 e 806/2017 e o PL 8456/2017), o governo espera conter o crescimento da dívida a cerca de 80% do PIB a partir de 2020.

Em relação ao Orçamento de 2017, o ministro do Planejamento disse que a ideia

é anunciar em breve um descontingenciamento das despesas. Ele classificou o corte atual de R\$ 33 bilhões como “muito forte” para alguns ministérios.

A deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO) lamentou a queda nos gastos com a educação.

— As despesas discricionárias da educação caíram, na proposta apresentada pelo

governo, de R\$ 27,9 bilhões para R\$ 23,6 bilhões. A preocupação é com as obras que estão paralisadas. O governo vinha investindo muito mais do que o mínimo constitucional de 18% [do total de impostos], por vários anos chegou a 22%, 23%. Mas o ajuste para chegar ao mínimo de 18% não pode ser de maneira tão abrupta — criticou a deputada.

Da Agência Câmara

Relator do Orçamento apoia ajuste proposto pelo governo

O relator-geral da proposta de lei orçamentária para 2018, deputado Cacá Leão (PP-BA), defendeu na quarta-feira as medidas de ajuste fiscal tomadas pelo governo, mas previu dificuldades na aprovação das propostas.

— O governo não terá uma missão fácil no Plenário, mas é preciso colocar para os parlamentares e para a sociedade a importância dessas medidas para as contas fecharem — disse.

Durante a audiência pública da Comissão Mista de Orçamento com o ministro do Planejamento, Leão afirmou que a previsão do governo para o salário mínimo no próximo ano, de R\$ 965, apenas atende o que diz a legislação atual. Já as medidas que atingem os servidores públicos estariam na direção da responsabilidade fiscal.

— O que a gente não pode é deixar acontecer o que aconteceu neste ano, quando em determinado momento o Orçamento tinha 40% de contingenciamento — afirmou, lembrando os cortes nas despesas determinados pela equipe econômica.

Por meio da Medida Provisória 805/2017, o governo adiou de janeiro próximo

para 2019 uma parcela do reajuste salarial de várias categorias do Poder Executivo. Com a MP, também aumentou a contribuição dos servidores federais para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) de 11% para 14% na faixa salarial acima do teto do INSS (R\$ 5.531,31). As duas medidas juntas devem representar R\$ 7,5 bilhões a mais para o governo.

Questionamento

O deputado João Arruda (PMDB-PR) questionou por qual motivo o adiamento do reajuste não atinge os demais Poderes da União — além de não abranger Judiciário e Legislativo, não atinge Ministério Público e Defensoria Pública.

Oliveira disse que os servidores do Executivo têm condições de dar essa contribuição e que cabe aos demais Poderes decidirem sobre o eventual adiamento.

— São servidores [do Executivo] que, com o aumento que tiveram este ano, acredito, podem ultrapassar o ano que vem sem sofrer grandes perdas. O Legislativo e o Judiciário, de fato, poderiam acompanhar esse movimento; ajudariam enormemente

os orçamentos dos próprios Poderes, porque essa despesa sai, na verdade, do orçamento de cada Poder — afirmou o ministro.

Salário mínimo

Já o líder do PT na Câmara, deputado Carlos Zarattini (SP), disse que vai defender a rejeição das medidas relacionadas aos servidores.

— Não tem sentido querer jogar a carga do ajuste fiscal sobre os servidores públicos, que são trabalhadores, a maioria deles nos serviços de saúde e de educação, e que vão ser extremamente prejudicados — declarou.

Zarattini também afirmou que o PT vai propor o reajuste da tabela do Imposto de Renda e um novo valor para o salário mínimo.

— Vamos propor um salário mínimo de R\$ 1 mil. Isso significa um reajuste real, acima da inflação, de 3,6%. O objetivo é exatamente recompor a capacidade de consumo da maioria dos brasileiros que ganham salário mínimo.

Segundo o deputado, 18 milhões de aposentados e 60 milhões de trabalhadores estão nesta faixa salarial.

Da Agência Câmara

Jucá reage a críticas da oposição sobre o reajuste do mínimo

R o m e r o Jucá (PMDB-RR) disse que a oposição falta com a verdade ao acusar o presidente Michel Temer de reduzir por decisão própria o valor do salário mínimo para 2018. No Plenário, quarta-feira, o senador disse que o valor foi revisto porque a inflação caiu, o que deve ser considerado no cálculo. A lei vigente prevê que para o cálculo do mínimo do ano seguinte será aplicada a previsão do INPC do ano em curso, mais a variação do PIB do ano anterior.

— A regra é a mesma do governo do PT.



Gerardo Magela/Agência Senado

Medeiros quer solução para problemas de infraestrutura em MT

José Medeiros (Pode-MT) cobrou em Plenário, na quarta, solução do governo federal para problemas de infraestrutura de transportes que, segundo ele, causam graves transtornos à população de Mato Grosso. O senador criticou a descontinuidade da duplicação da BR-163, lembrando que os usuários já estão pagando pedágio na rodovia.

— Não é possível que Mato Grosso, já tão alijado em termos de infraestrutura, tenha que pagar pedágio por infraestrutura que de fato não tem.

Ele disse que vem reiterando pedidos de providências ao Ministério dos Transportes.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Braga afirma que setor elétrico pode prejudicar economia

O B r a s i l corre o sério risco de ter a retomada do crescimento prejudicada pela deficiência do setor elétrico. O alerta foi feito por Eduardo Braga (PMDB-AM) na quarta-feira. O senador disse que a situação é grave e informou que a Comissão de Infraestrutura (CI), da qual é presidente, vai começar a debater o assunto a partir desta semana.

— Se os números previstos pelo mercado para 2018 se confirmarem, tomara que não tenhamos restrições do crescimento por conta de racionamento de energia.



Gerardo Magela/Agência Senado

Fim de medida que dificulta mamografia vai a Plenário

Projeto de decreto legislativo aprovado na CCJ quer sustar portaria do Ministério da Saúde que vem inviabilizando o procedimento para mulheres entre 40 e 49 anos. Texto terá urgência na votação

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou na quarta-feira um projeto de decreto legislativo (PDS 42/2015) para sustar dispositivo de portaria do Ministério da Saúde que cria dificuldades para o acesso de mulheres com idade entre 40 e 49 anos de idade ao exame de mamografia pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Com origem na Câmara dos Deputados, o texto vai agora ao Plenário do Senado, com urgência aprovada pela comissão.

A Lei 11.664/2008, garante no âmbito do SUS a realização de mamografia — exame para rastrear o câncer nas mamas — para todas as mulheres a partir dos 40 anos de idade. Porém, a portaria questionada mudou a fonte de recursos destinada ao exame de acordo com duas faixas etárias específicas, incluindo no Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (Faec) apenas os exames para as mulheres com idade entre 50 e 69 anos.

Por esse fundo, o gestor federal remunera diretamente cada procedimento realizado, o que oferece mais garantia para quem está nessa faixa etária e



Ana Amélia considera a portaria uma "manobra" da pasta da Saúde

se dirige ao SUS em busca de atendimento. A explicação é da senadora Ana Amélia (PP-RS), no relatório favorável ao projeto, de autoria da deputada federal Carmen Zanotto (PPS-SC), que acompanhou a votação na CCJ.

Manobra

Para as mulheres com menos de 49 anos, os exames devem ser pagos dentro do limite destinado ao financiamento de procedimentos de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar. Nesse caso, os recursos são repassados mensalmente aos gestores municipais para o

custeio dos procedimentos. Desse modo, as secretarias municipais de Saúde, além de outras prioridades, passaram a arcar com o custo das mamografias para mulheres nessa faixa etária, sem receberem recursos adicionais para custear essas mamografias.

Na avaliação de Ana Amélia, a portaria não passa de "manobra normativa" que o ministério adotou para, "obliquamente", fazer valer suas diretrizes e, assim, contrariar o que dispõe a lei que garante o exame mamográfico a todas as mulheres a partir dos 40 anos de idade.

— Não há argumentação lógica cabível para justificar a existência de diferentes fontes de financiamento para o mesmo procedimento — ressaltou.

As críticas foram reforçadas por outras senadoras, após lembrarem do Outubro Rosa, mês destinado a estimular ações preventivas do câncer de mama. Marta Suplicy (PMDB-SP) disse que a portaria é uma "manipulação" do ministério. Já Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) sugeriu pedido de urgência para acelerar a votação do projeto em Plenário.



Comissão de Assuntos Sociais, presidida por Marta, aprovou debates

Ministro deve falar sobre portaria do trabalho escravo

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou na quarta-feira a realização de duas audiências públicas. A primeira inclui convite ao ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, para explicar a portaria que define regras sobre o trabalho escravo.

A norma modifica as regras para fiscalização do trabalho e causou reação imediata no Senado, sendo objeto de ação no Supremo Tribunal Federal (STF). Em decisão liminar, a ministra Rosa Weber suspendeu os efeitos da portaria.

O pedido para a audiência é de Paulo Rocha (PT-PA). A reunião será feita em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos (CDH).

A segunda audiência pública a ser feita pela CAS será sobre o PLS 116/2017, de Maria do Carmo Alves (DEM-SE). A proposta regula-

menta a avaliação do servidor público e prevê a perda de cargo por insuficiência de desempenho. Serão convidados representantes de categorias do funcionalismo público.

A proposição foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em 4 de outubro. Foi enviada então à CAS para avaliação. Pelo texto, o desempenho dos servidores deverá ser apurado anualmente por uma comissão avaliadora e levar em conta a produtividade e a qualidade do serviço.

Devido a um pedido de vista, os senadores ganharam mais uma semana para analisar o PLC 82/2017, do deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), que regulamenta a profissão de motorista de ambulância. O relator é Paulo Paim (PT-RS), favorável à iniciativa.

Comissão padroniza referências da Constituição a pessoas com deficiência

Uma proposta de emenda constitucional que uniformiza, na Constituição, as menções às pessoas com deficiência foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na quarta-feira. A PEC 25/2017 altera a redação de dez artigos constitucionais

e segue agora para dois turnos de discussão e votação no Plenário do Senado.

Proposto por Fátima Bezerra (PT-RN), o texto busca adequação aos termos da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e incorpora a

expressão "pessoa com deficiência" ao texto constitucional brasileiro.

Fátima observou que a Constituição convive com uma pluralidade de referências às pessoas com deficiência. Em dispositivos da época da promulgação, se vale de

expressões inadequadas como "pessoa portadora de deficiência" ou "portador de deficiência".

Mais do que conveniente, o relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), considerou imperativa a reformulação dos dispositivos constitucionais.

— É uma alteração singela, para uniformizar a nomenclatura na Constituição, determinada pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Coloca em todos os dispositivos a expressão adequada: pessoa com deficiência.

Paulo Paim sugere uma "Operação Lava Jato" na Previdência

Paulo Paim (PT-RS) sugeriu na sexta-feira que seja feita uma "Operação Lava Jato" para identificar responsáveis por fraudes e desvios no caixa da Previdência Social. Segundo ele, que presidiu a CPI da Previdência, o governo retirou durante décadas dinheiro do sistema para uso em projetos próprios e protegeu empresas devedoras.

Na quarta-feira, ele condenou a portaria do governo sobre trabalho escravo e registrou que o Conselho Nacional dos Direitos Humanos vai apurar a conduta do ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Hélio José reafirma que não há deficit previdenciário

Hélio José (Pros-DF) fez na sexta um balanço das atividades da CPI da Previdência e voltou a afirmar em Plenário que "nunca houve deficit" no setor, ao contrário do que diz o governo.

— Apenas no último ano, por conta do processo de impeachment, apontou-se um pequeno deficit, totalmente superado.

O senador leu parte do relatório da CPI, elaborado por ele, e fez uma defesa do servidor público. Ele também discursou sobre a Previdência na quarta, quando defendeu que seja revisto o uso de recursos do setor para outros fins.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Regina diz que 800 milhões passam fome no mundo

Regina Sousa (PT-PI) alertou para o alto índice de pessoas que estão passando fome no mundo e destacou instrumentos para combater o problema.

A senadora, que esteve em Montevidéu na última semana para participar do 8º Fórum da Frente Parlamentar contra a Fome na América Latina e Caribe, disse que mais de 800 milhões de pessoas passam fome no mundo. Ela destacou que os 19 países que participaram do fórum se comprometeram com a meta de cem territórios sem fome. Segundo a senadora, os países devem delimitar os territórios mais vulneráveis e, então, tentar zerar a fome nessas áreas.

Para Ângela, Temer prejudica servidor e ajuda empresas

Ângela Portela (PDT-RR) criticou, na quarta-feira, a redução do salário mínimo previsto para o próximo ano, que passa de R\$ 969 para R\$ 965, e a MP que adia para 2019 os reajustes dos servidores além de aumentar a contribuição previdenciária deles de 11% para 14%.

Ao mesmo tempo em que congela o reajuste dos servidores e diminui o poder de compra dos aposentados e pensionistas, Temer garante benesses para grandes empresários que devem aos cofres públicos, conforme destacou a senadora:



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Bezerra destaca queda da taxa de desemprego

Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) destacou na quarta-feira reportagens dos jornais *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* segundo as quais o país voltou a gerar empregos. Dados do IBGE, divulgados semana passada, revelam que a taxa de desemprego no trimestre encerrado em setembro foi de 12,4%, índice menor que o do trimestre anterior de 13%. Com base no registro de 1,46 milhão de novos postos de trabalho em setembro, ele calcula que o país atinja cerca de 2 milhões em dezembro.



Jefferson Rudy/Agência Senado